

MILEGATE



Independent member

Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE
REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**



São Paulo, 28 de abril de 2023.

Ao
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES
DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH**
São Paulo- SP

Prezados Senhores

Pela presente, encaminhamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 da **Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo - ABCCH**, preparadas pela administração, acompanhadas do Relatório de Revisão do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO
CAVALO DE HIPISMO - ABCCH****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 2021 ACOMPANHADAS
DO RELATÓRIO DE REVISÃO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Páginas

| | |
|---|-----------|
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE | 2 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | |
| Balço Patrimonial | 4-5 |
| Demonstraço do Resultado do Exercício | 6 |
| Demonstraço do Resultado Abrangente | 7 |
| Demonstraço das Mutaço es do Patrimônio Líquido | 8 |
| Demonstraço dos Fluxos de Caixa | 9 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇO ES FINANCEIRAS | 10 |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Associados e Administradores da
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH
São Paulo - SP

Revisamos o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH**, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para pequenas e médias empresas", ITG 2002 (R1) – “Entidade sem fins lucrativos” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras e do resultado livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 – Revisão das demonstrações financeiras - e ISRE 2400 – Engagements to review financial statements). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da sociedade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH** em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas comparativamente, foram revisadas por nós, com relatório conclusivo em 31 de maio de 2022, sem modificações.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira

CT CRC Nº 1SP222941/O-8



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Balanço Patrimonial Ativo
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

| ATIVO | Nota | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|-------------|------------------|------------------|
| <u>Circulante</u> | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3 | 2.412.165 | 1.785.828 |
| Adiantamentos | | - | 4.601 |
| Outros Créditos | | 30.788 | 788 |
| Total do Circulante | | 2.442.953 | 1.791.217 |
| <u>Não Circulante</u> | | | |
| Outros Créditos | | 493 | 493 |
| Imobilizado | 4 | 137.205 | 19.852 |
| Intangível | 5 | 158.000 | - |
| Total do Não Circulante | | 295.698 | 20.345 |
| Total do Ativo | | 2.738.651 | 1.811.562 |

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Balço Patrimonial Passivo
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

| PASSIVO | Nota | 2022 | 2021 |
|--|-------------|------------------|------------------|
| <u>Circulante</u> | | | |
| Fornecedores | 6 | 91.596 | 91.795 |
| Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias | 7 | 61.379 | 62.091 |
| Obrigações Tributárias | 8 | 22.389 | 22.380 |
| Outras Contas a Pagar | | 109.092 | 29.521 |
| Total do Circulante | | 284.456 | 205.787 |
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 9 | | |
| Patrimônio Social | | 1.605.775 | 735.257 |
| Superávit do Exercício | | 848.420 | 870.518 |
| Total do Patrimônio Líquido | | 2.454.195 | 1.605.775 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 2.738.651 | 1.811.562 |

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

| | | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|------|------------------|------------------|
| | Nota | | |
| Receitas | | | |
| Contribuições Associativas | 10 | 681.896 | 644.455 |
| Eventos | 10 | 1.311.427 | 1.586.524 |
| Serviços | 10 | 1.759.928 | 1.928.161 |
| Outras Receitas | 10 | 27.907 | 23.515 |
| Subs-total | | 3.781.158 | 4.182.655 |
| Receitas com Voluntariado | 11 | 861.808 | 778.347 |
| Total das Receitas | | 4.642.966 | 4.961.002 |
| Despesas | | | |
| Gerais e Administrativas | 12 | (3.111.843) | (3.348.313) |
| Despesas com Voluntariado | 11 | (861.808) | (778.347) |
| Superávit Operacional | | 669.315 | 834.342 |
| Financeiras Líquida | 13 | 179.105 | 36.176 |
| Superávit do Exercício | | 848.420 | 870.518 |

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Superávit do Exercício | 848.420 | 870.518 |
| Resultado Abrangente | - | - |
| Superávit após Resultado abrangente | 848.420 | 870.518 |

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

| | Patrimônio Social | Superávit Acumulado | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 413.944 | 321.313 | 735.257 |
| Transferência para Patrimônio Social | 321.313 | (321.313) | - |
| Superávit do Exercício | - | 870.518 | 870.518 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 735.257 | 870.518 | 1.605.775 |
| Transferência para Patrimônio Social | 870.518 | (870.518) | - |
| Superávit do Exercício | - | 848.420 | 848.420 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.605.775 | 848.420 | 2.454.195 |



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|-----------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Superávit do Exercício | 848.420 | 870.518 |
| Ajustes para conciliar o Superávit com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | | |
| Depreciação e amortização | 12.346 | 4.137 |
| Superávit Ajustado | 860.766 | 874.655 |
| (Aumento) Redução das Contas do Ativo | | |
| (Aumento) Redução dos Adiantamentos | 4.601 | (4.601) |
| (Aumento) Redução de Outros Créditos | (30.000) | - |
| Aumento (Redução) das Contas do Passivo | | |
| Aumento (Redução) Fornecedores | (199) | 65.554 |
| Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e previdenciárias | (712) | 27.826 |
| Aumento (Redução) Receitas Diferida | - | (360.804) |
| Aumento (Redução) Obrigações Tributárias | 9 | 21.602 |
| Aumento (Redução) das Outras Contas a Pagar | 79.571 | 4.453 |
| Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais | 914.036 | 628.685 |
| Das Atividades de Investimento | | |
| Aquisições de Imobilizado e intangível | (287.699) | (14.796) |
| Caixa consumido nas atividades de investimento | (287.699) | (14.796) |
| Acréscimo de Caixa e Equivalentes de Caixa | 626.337 | 613.889 |
| Demonstrado como segue: | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | | |
| No Início do Exercício | 1.785.828 | 1.171.939 |
| No Final do Exercício | 2.412.165 | 1.785.828 |
| Acréscimo de Caixa e Equivalentes de Caixa | 626.337 | 613.889 |



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

a.1) Objeto social

A Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo - ABCCH (a “Associação”), fundada em 29 de novembro de 1977, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos e tem por objetivos a realização dos trabalhos de registro genealógico do cavalo Brasileiro de Hipismo (“BH”), participação na divulgação e preservação da história da equideocultura no Brasil e repercussões dessas atividades nos campos econômicos, social, esportivo e de entretenimento, editando livros, revistas, vídeos, áudio vídeos, documentos em geral, participando e organizando eventos e outras atividades afins.

De acordo com o estatuto social, a Associação tem como principal objeto social:

- ✓ Defender, amparar, orientar, coligar e instruir seus associados;
- ✓ Organizar competições hípcas destinadas aos cavalos Brasileiros de Hipismo;
- ✓ Cuidar da seleção de animais destinados à reprodução que possam ingressar no País; e
- ✓ Proceder a estudos, realizar gestões, orientar e tomar todas as providências necessárias à viabilização da exportação e importação do cavalo Brasileiro de Hipismo.

a.2) Associados

Em 2022 a Associação encerrou o exercício com 398 associados ativos, nas seguintes categorias:

Fundadores: representa aqueles que assinaram a ata de fundação da associação e os que a ela se associaram até trinta dias após a sua constituição.

Efetivos: aqueles que possuírem, comprovadamente, pelo menos um animal registrado.

Beneméritos: aqueles que tiverem prestado relevantes serviços à associação ou ao desenvolvimento do cavalo brasileiro de hipismo no Brasil ou no exterior, após aprovação da Assembleia Geral, por proposta do Conselho Deliberativo;

Remidos: aqueles que já remidos anteriormente ou pelos associados que a qualquer tempo, efetuarem o pagamento antecipado de 20 (vinte) ou mais anuidades.



Não possuidores: este grupo não terá direito a voto e nem a ser votado por 2 (dois) anos e a partir do terceiro ano deverão ter pelo menos um animal registrado no Stud Book Brasileiro do Cavalo de Hipismo - SBBCH para serem associados com direito a voto.

São isentos das anuidades os associados Fundadores, Beneméritos e Remidos, isenção esta que não engloba o pagamento dos emolumentos devidos pelos serviços prestados pela Associação.

Os títulos não são transmissíveis e qualquer associado que tiver cavalo registrado no SBBCH, ou outro órgão delegado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para a raça, terá direito a voto após 1 (um) ano de sua inscrição, prazo este que terá início a partir da data da aprovação de seu nome pelo Conselho.

a.3) Eventos

A Associação realiza no mês de novembro de cada ano o Festival Nacional do Cavalo de Hipismo, cuja organização é de sua responsabilidade, em local apropriado definido pela administração, com receitas advindas de taxas de inscrições em provas hípcas e exposição, comissões de leilão, vendas de convites de jantar, cotas de patrocínio e comercialização de espaços na área do evento.

Outros eventos são realizados por terceiros no decorrer do ano e a Associação participa na divulgação da raça BH, através de premiações como troféus, medalhas, escarapelas, mantas, capas ou, eventualmente, com patrocínio e apoio, subsidiando alguma despesa previamente aprovada. Os animais previamente classificados nesses eventos participarão de uma prova específica no Festival Nacional de Hipismo.

a.4) Registro genealógico do cavalo Brasileiro de Hipismo

A Associação promove a realização do Serviço de Registro Genealógico, concedido pelo competente órgão federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para incremento do cavalo Brasileiro de Hipismo, cobrando emolumentos a título de contraprestação de serviço.

b) Administração da Associação

A Associação possui os seguintes órgãos de administração, cujos membros não são remunerados em relação ao exercício de suas atividades:



b.1) Assembleia Geral

Constituída por todos os associados que se encontram no inteiro gozo de seus direitos sociais, representando o órgão soberano da Associação. Tem como responsabilidade promover a eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e alterar o estatuto social. Reúne-se, ordinariamente, a cada quatro anos para eleger os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

b.2) Conselho Deliberativo

Constituído por 5 (cinco) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 4 anos, eleitos em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Deliberativo terá um presidente e um vice-presidente. Dentre outras atribuições, elege o seu presidente e vice-presidente; manifesta-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, aprovando ou não a prestação de contas apresentadas submetendo-as à Assembleia Geral, elege os associados beneméritos em conjunto com a Diretoria Administrativa, opina sobre a reforma do estatuto, referenda o valor das contribuições dos associados, dentre outros.

b.3) Diretoria Administrativa

Composta por um presidente, um diretor financeiro e diretores sem designação específica, todos com mandato de 4 anos. Reunir-se-á pelo menos uma vez por mês com competência de, principalmente, dirigir as atividades da Associação para a consecução de seus fins sociais.

b.4) Conselho Fiscal

Composto por três associados e três suplentes ao qual compete: (i) examinar e emitir parecer sobre os balancetes mensais apresentados pela Diretoria Administrativa; (ii) emitir parecer anual sobre as contas da Diretoria Administrativa e balanço geral da Associação; e (iii) acompanhar e fiscalizar todo o movimento econômico-financeiro da ABCCH e sugerir medidas de ordem técnica.

b.5) Conselho Deliberativo Técnico

Composto por, no mínimo, cinco participantes (associados ou não), o qual possui regulamentação específica constante no regulamento do Stud Book, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão das demonstrações financeiras da Associação foi autorizada pela administração em 31/01/2023 para submeter ao Conselho Deliberativo.



d) Aspectos tributários e previdenciários

Em atendimentos a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2016 do Conselho Federal de Contabilidade, por ser a Associação sem fins lucrativos e isentas de impostos de acordo com a legislação vigente, descrevemos os seguintes tributos neste exercício objeto da isenção: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido; PIS e COFINS sobre Contribuições.

A Associação está sujeita ao pagamento de contribuições ao:

Programa de Integração Social (PIS) - pagamento de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; e

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento das contribuições devidas sobre a folha de pagamento de salários.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil aplicável para Pequenas e Médias Empresas - CPC para PME's – NBCTG 1000 (R1), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros ITG 2002 (R1). As principais políticas contábeis foram aplicadas nessas demonstrações financeiras e consistentes em todos os exercícios, salvo disposição em contrário.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.



c. **Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.1. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2. **Ativos financeiros**

Classificação: A Associação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles que não tenham direito contratualmente exercível de ser recebido em prazo inferior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração: No reconhecimento inicial, a Associação mensura seus ativos financeiros ao valor justo, acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro e subsequentemente são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.



2.3. Imobilizado

Reconhecidos ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação acumulada e/ou eventual perda não recuperável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, durante a vida útil.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

2.4. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano ou no passivo não circulante, se superior.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais.

2.7. Outros Ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Reconhecimento de receita e apuração do superávit ou déficit

Representadas por:

- Contribuição de associado, cuja cobrança de cada associado é realizada com base num valor fixado e reconhecida com base no recebimento, uma vez que é voluntária;

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, quais sejam:

- Serviços prestados, intermediados ou por ela administrados;
- Parcerias, convênios e contratos firmados com entidades diversas para a realização de projetos nas suas áreas de atuação.

2.9. Subvenções e assistências governamentais

Os valores recebidos e empregados originados de contratos / convênios com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei de incentivo Fiscal do Governo Federal, são registrados da seguinte forma:

- (i) No recebimento dos recursos:** quando da ocorrência do recebimento de recursos é reconhecido o débito em conta de disponibilidades referente a Recursos de projetos em contrapartida o crédito no passivo em conta de Receita diferida – nota 8;
- (ii) Na aplicação:** quando da ocorrência dos desembolsos, ou contas a pagar, aplicado ao evento fim (baixa de bancos ou registro de passivo), serão reconhecidas as despesas inerentes no resultado do exercício e, simultaneamente pelo mesmo valor, a será reconhecida a receita respectiva a débito de Receita diferida em contrapartida ao resultado, ou seja, a crédito de receita do exercício referente ao evento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2.022 | 2.021 |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Caixa | 1.691 | 1.691 |
| Bancos: | 10 | 24.906 |
| Aplicações Financeiras: | 2.410.464 | 1.759.231 |
| Total | 2.412.165 | 1.785.828 |

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de forma *pro rata*, quando aplicável, e líquidos dos tributos incidentes sobre esses rendimentos.

4. IMOBILIZADO

| COMPOSIÇÃO | | | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | Taxas de deprec. | Custo | Depreciação acumulada | Custo líquido |
| Equipamentos de informática | 20% | 51.016 | (40.433) | 10.583 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 25.079 | (22.562) | 2.517 |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | - | 863 | - | 863 |
| Móveis e utensílios | 10% | 143.626 | (20.384) | 123.242 |
| Total | | 220.584 | (83.379) | 137.205 |

| MOVIMENTAÇÃO | 2021 | Adições (baixas) | 2022 |
|-------------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| Equipamentos de informática | 51.016 | - | 51.016 |
| Máquinas e equipamentos | 25.079 | - | 25.079 |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | - | 863 | 863 |
| Móveis e utensílios | 14.790 | 128.836 | 143.626 |
| | 90.885 | 129.699 | 220.584 |
| Depreciação acumulada | (71.033) | (12.346) | (83.379) |
| Total | 19.852 | 117.353 | 137.205 |

5. INTANGÍVEL

O saldo representa desembolsos no exercício de 2022 para o desenvolvimento de software gerado internamente correspondente a uma nova aplicação de *Stud Book*, tecnologia inovadora para benefícios de atendimento ao associado e melhorias no processo operacional na atividade.

Ainda em fase de desenvolvimento, a amortização se iniciará apenas quando o software estiver em funcionamento.



6. FORNECEDORES

Correspondem a saldos a pagar relacionados as atividades normais da associação e despesas incorridas na estrutura do Festival Nacional do Cavalo de Hipismo, realizado em novembro de cada exercício. Essas obrigações têm o prazo médio de vencimento de 30 dias.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

| | 2.022 | 2.021 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Férias e encargos a pagar | 44.288 | 46.416 |
| FGTS a recolher | 3.006 | 2.961 |
| INSS a recolher | 9.927 | 9.327 |
| IRRF sobre folha recolher | 3.782 | 2.670 |
| PIS sobre folha a recolher | 376 | 370 |
| PIS sobre férias | - | 347 |
| | 61.379 | 62.091 |

8. TRIBUTOS A RECOLHER

| | 2.022 | 2.021 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| ISS retido a recolher | 3.211 | 16 |
| IRRF retido a recolher | 18.354 | 21.410 |
| PIS/COFINS/CSLL retido a recolher | 824 | 954 |
| | 22.389 | 22.380 |

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Patrimônio social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido de superávits e reduzido por déficits dos exercícios ao longo da existência da Associação. O resultado do exercício (superávit ou déficit) é transferido para a conta Patrimônio social após aprovação pela Assembleia.



10. RECEITAS

| | 2.022 | 2.021 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS | 681.896 | 644.455 |
| EVENTOS: | | |
| Festival Nacional BH | 1.311.427 | 1.229.524 |
| Lei de incentivo ao esporte federal | - | 357.000 |
| SERVIÇOS: | | |
| Transferências de proprietários | 425.212 | 410.774 |
| Registro genealógico | 1.147.544 | 825.513 |
| Receitas com publicidade | - | 463.796 |
| Registros | 62.400 | 131.520 |
| Teste de DNA | 124.772 | 96.558 |
| OUTRAS RECEITAS | 27.907 | 23.515 |
| | 3.781.158 | 4.182.655 |

11. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pela Associação de acordo com a Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A Associação mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado nos correspondentes serviços recebidos, conforme demonstrado abaixo:

| Categoria | Reuniões no ano | Nº de participantes | Horas em reuniões por evento ou mês | Horas em atividade no ano | Valores em R\$ |
|-------------------------------|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---------------------------|----------------|
| Diretoria administrativa | 30 | 13 | 104 | 3.120 | 723.256 |
| Conselho Deliberativo Técnico | 12 | 9 | 72 | 864 | 101.051 |
| Conselho Deliberativo | 2 | 14 | 112 | 224 | 26.272 |
| Conselho fiscal | 2 | 6 | 48 | 96 | 11.228 |
| Total | 46 | 42 | 336 | 4.304 | 861.808 |



12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

| | 2.022 | 2.021 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Festival Nacional BH | (1.082.974) | (1.373.444) |
| Despesas com Pessoal | (543.160) | (580.743) |
| Despesas Tributárias | (13.013) | (23.508) |
| Serviços de Terceiros PJ | (494.029) | (453.283) |
| Serviços de Terceiros PF | (40.318) | (138.885) |
| Despesas com Aluguel | (287.632) | (342.194) |
| Despesas com Informática e Internet | (220.537) | (108.551) |
| Patrocínio de Feiras e Eventos | - | (48.360) |
| Registros | (10.860) | - |
| Exames de DNA | (86.200) | (67.240) |
| Outras Despesas | (419.420) | (212.105) |
| | (3.111.843) | (3.348.313) |

13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| | 2.022 | 2.021 |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| RECEITAS FINANCEIRAS | | |
| Ganho real aplicações renda fixa | 238.437 | 74.834 |
| Juros recebidos | 6.942 | 5.612 |
| | 245.379 | 80.446 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | | |
| Despesas tarifas bancárias | (27.234) | (28.812) |
| Multas e juros | (785) | (12) |
| IOF | (3.710) | (145) |
| IRRF sobre aplicações financeiras | (30.128) | (15.301) |
| Outras despesas financeiras | (4.417) | - |
| | (66.274) | (44.270) |
| TOTAL | 179.105 | 36.176 |

14. PARTES RELACIONADAS

A Associação não distribui resultados, lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus associados, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Conforme descrito na Nota 1(b), a administração da Associação está a cargo de um Conselho Deliberativo e de uma Diretoria Administrativa.

Os membros dos órgãos acima referidos não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos honorários prestados.



Remuneração do pessoal chave da administração

Devido à previsão estatutária e a natureza jurídica da Associação, o pessoal chave da administração não recebe qualquer remuneração pelos serviços prestados nas mencionadas funções; entretanto, atendendo as práticas contábeis vigentes, uma estimativa de valor aplicável é demonstrada na Nota 11.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos e coberturas adotadas, dada a sua natureza, não faz parte da revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

16. DEMANDAS JUDICIAIS

A Administração da Associação efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos externos da Associação e avaliação da Administração.

A Administração deve constituir provisão para demandas judiciais, para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

De acordo com a opinião dos consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2022, não havia processos em andamento com expectativa de perda prováveis e possíveis.

17. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2022, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Projeto do Festival Nacional do Cavalo Brasileiro de Hipismo realizado em 2021, patrocinado pelo do governo Federal, Processo Nº 71000.051867/2019-90, após a prestação de contas final junto ao Ministério da Cidadania – Secretaria Especial de Esportes, foi aprovado pelo órgão, de acordo com o Parecer 245/2022/SEESP/SENIFE/CGDPE-PCF DE 16/09/2022 e Ofício Nº 764/2022/SEESP/SENIFE/CGDPE-PCF/MC, quanto à execução física, ao atingimento das metas e ao cumprimento do objeto. Ressalta-se que a análise quanto aos aspectos financeiros será procedida pela Coordenação Geral de Prestação de Contas do Ministério da Cidadania e ainda não foi concluída.